



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA NÚMERO NOVE

----- Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro, de dois mil e nove, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um – Período antes da ordem do dia; -----

----- Ponto dois – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, da situação financeira e dos processos judiciais pendentes; -----

----- Ponto três – Proposta de revisão do Regimento Interno da Assembleia Municipal; -----

----- Ponto quatro – Apreciação e votação dos documentos previsionais para o ano de dois mil e dez e propostas anexas: -----

----- a) Opções do Plano (PPI e PAM); -----

----- b) Orçamento; -----

----- c) Empréstimo de curto prazo; -----

----- Ponto cinco – Apreciação e votação dos estatutos da Agência de Energia para o NUT III Douro; -----

----- Ponto seis – Proposta de aprovação do Plano de Pormenor da Rede – Versão final; -----

----- Ponto sete – Adenda ao Plano Pormenor da Rede – reformulação do Programa de Execução e Plano de Financiamento; -----

----- Ponto oito – Período aberto ao público. -----

----- Estando presentes os membros da Assembleia Municipal, Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda, Presidente da Mesa, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, primeira secretária, Paulo Jorge Lacerda Cabral das Neves Lopes, segundo secretário, Júlio da Fonseca Esteves, Manuel Pinto de Sousa, Pedro Carvalho Kendall, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, André Filipe Miranda Monteiro, António César Vicente Nunes, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, (PS), Maximiano Pereira Correia, José da Fonseca Alves, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Maria Teresa

Página 1 de 17



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freitas Alves Lúcio, Victor Manuel Vieira Oliveira, Jorge Emanuel Machado Alves Cardoso, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Manuel José Miranda Ferreira, Altino de Sousa, (PPD/PSD), e os membros da Câmara Municipal: Alberto Pereira Monteiro, Presidente da Câmara, Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, Nuno Vasco de Almeida Machado (PS) e António José Rodrigues Teixeira (PPD/PSD), vereadores, deu-se início a esta sessão ordinária pelas vinte e uma horas e treze minutos, depois da tomada de posse do deputado André Filipe Miranda Monteiro, com o Bilhete de Identidade número 12629704, emitido pelo Arquivo de Identificação de Vila Real, em nove de Dezembro de dois mil e cinco, procedendo-se à leitura da acta da sessão extraordinária do dia vinte e cinco de Novembro de dois mil e nove, a qual foi aprovada por todos os presentes à excepção do senhor André Filipe Miranda Monteiro que se absteve, por não fazer ainda parte da Assembleia Municipal à data dessa sessão. -----

----- Nessa mesma sessão também esteve ausente o deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira, cuja falta não foi justificada. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Mesa apresentou a correspondência recebida: Boletim da União das Misericórdias e Boletim da Associação Nacional de Municípios. -----

----- Passando ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra a todos aqueles que manifestaram vontade de intervir, começando pela proposta de um voto de pesar pelo falecimento do senhor Filipe Teixeira, deputado desta Assembleia, eleito pelo Partido Socialista, com conhecimento aos respectivos familiares, apresentada pelo senhor Júlio da Fonseca Esteves, a qual foi subscrita por todos os presentes. -----

----- Em seguida o senhor Eduardo Pereira Carvalho Sampaio colocou duas questões ao senhor Presidente da Câmara, a primeira em relação ao transporte dos utentes de Oliveira, para se deslocarem ao Centro de Saúde, o qual deixou de ser assegurado pela Autarquia, e a segunda relativa à queda de um muro, no Granjão, que dificulta a passagem dos autocarros. -----

----- O senhor Maximiano Pereira Correia questionou o senhor Presidente da Mesa



MUNICÍPIO DE MESAÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quanto à razão que levou à marcação desta sessão para a noite de Domingo, em plena época natalícia. -----

----- O senhor Carlos Manuel Pombo Soares Silva fez uma intervenção, que considerou deslocada no tempo, mas perfeitamente justificada por só ser possível fazê-la nesta sessão, começando por felicitar a Mesa, pela vitória alcançada, congratulando-se pela maturidade política demonstrada pela oposição, cumprimentando os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, felicitando o senhor Presidente da Câmara e saudando os colegas de bancada. Fez ainda algumas referências às acusações de que foi alvo, durante a campanha eleitoral, embora o seu responsável não estivesse presente, nomeadamente à reiterada acusação de que o Banco Totta ou Santander serviria de morada/residência de algumas pessoas (ele próprio e a sua esposa), para justificar o facto destas estarem recenseadas no concelho de Mesão Frio. Relembrou ainda a acusação crime de que algumas pessoas foram alvo, também pelo facto de estarem recenseadas neste concelho, onde sempre votaram e onde têm interesses profissionais e pessoais, tratando-se de um acto de hipocrisia política, pois existiam situações semelhantes do lado do Partido Social-democrata. Referiu também o recurso apresentado ao Tribunal Constitucional, utilizando de forma ilegítima meios processuais e pondo em causa uma autoridade pública, por não se querer aceitar uma situação política. Concluiu a sua intervenção, expressando o seu desejo de não voltar a assistir a situações desta natureza, lembrando que é necessário saber perder, tal como o Partido Socialista sempre soube, e esperando que este saiba estar no poder e que a oposição saiba desempenhar o seu papel. -----

----- Na sua intervenção, o senhor Pedro Carvalho Kendall solicitou que o senhor Presidente da Câmara clarificasse alguns assuntos que têm sido divulgados em espaços públicos, relativamente ao desaparecimento de uma série de bens dos gabinetes da Autarquia, nomeadamente tapetes, portáteis, aparelhagem áudio, entre outras coisas. ----

----- Na sequência destas intervenções o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, relativamente às questões apresentadas pelo senhor Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, esclareceu que as informações da Protecção Civil eram comunicadas ao Presidente, ao Vereador, à Engenheira Florestal e a um

Página 3 de 17



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

funcionário da Autarquia, responsável pela resolução de casos como a queda de muros, o qual estaria a tratar desse assunto. Quanto ao transporte dos utentes de Oliveira, afirmou que não era do seu conhecimento, sabendo no entanto que tinha havido uma redistribuição dos doentes pelos médicos de família e que a médica dos utentes de Oliveira atende quatro pessoas, às quartas, quintas e sextas-feiras. Em relação a este assunto o senhor Presidente da Junta de Oliveira pronunciou-se, dizendo que poderia haver uma solução, com uma carrinha de nove lugares. -----

----- Relativamente à questão levantada pelo senhor Pedro Carvalho Kendall, o senhor Presidente da Câmara confirmou que teria havido o abate de uma aparelhagem, de um cinzeiro e de um computador, estando a aguardar informações dos serviços, acerca desses bens. Quanto aos tapetes referiu que estes tinham desaparecido, mas que voltaram a aparecer. O deputado Pedro Carvalho Kendall referiu que deveria haver um registo do abate ecológico do material electrónico e eléctrico, ao que o senhor Presidente da Câmara retorquiu, informando que houve uma declaração de abate, acrescentando que o que considerava mais importante seria o que iria acontecer a partir do dia dois de Novembro, data em que tinha tomado posse o novo executivo e que era da sua inteira responsabilidade. O deputado Carlos Manuel Pombo Silva acrescentou que seria importante elaborar um Regulamento de Inventário e Cadastro, por uma questão de transparência. -----

----- O deputado Maximiano Correia pediu a palavra para saudar o senhor Presidente da Câmara pela sua prudência, quanto ao tratamento de alguns assuntos, tendo em conta algumas pressões de que parece estar a ser alvo. Relativamente àquilo que foi dito pelo deputado Carlos Pombo Silva, no que diz respeito à atitude da oposição, lembrou que, apesar de o Partido Social-democrata não ter vencido as eleições directas para a Assembleia Municipal, não se poderia esquecer que os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia são membros de direito com assento nesta Assembleia, e que, embora com uma atitude de cooperação, iriam saber ocupar o lugar da oposição. Quanto ao que se passou na campanha eleitoral, referiu que não haveria já necessidade de tais comentários, até porque a pessoa a quem se dirigiam directamente não estava presente. -



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O senhor Presidente da Mesa, aludindo à questão apresentada pelo deputado Maximiano Correia em relação à marcação desta sessão, esclareceu que a data teria sido escolhida de acordo com o executivo municipal. Sendo apresentadas duas datas, o dia vinte e sete de Dezembro, Domingo, ou o dia trinta, quarta-feira, optou-se pela primeira, visto que poderia ser arriscado realizar esta sessão no dia trinta, por uma questão de cumprimento da ordem de trabalhos, sendo a marcação para o Domingo, em seu entender um mal menor, até porque considerou que a época natalícia estava já ultrapassada. O senhor Maximiano Correia retorquiu, dizendo que esta sessão poderia ter sido marcada para segunda ou terça-feira, não entendendo por que razão este órgão democrático não tinha sido respeitado, até no que diz respeito ao prazo de antecedência da convocatória que não tinha sido cumprido. -----

----- Em relação a este assunto o deputado Carlos Pombo Silva pediu a palavra e assinalou que a responsabilidade da marcação desta sessão é da inteira e exclusiva responsabilidade do Presidente da Mesa, conforme os preceitos legais, e que quanto a isso não deveria a oposição estar a fazer estes comentários, tendo em conta o que aconteceu nos anteriores mandatos e na tomada de posse do novo executivo e dos membros desta Assembleia, marcada para o dia dois de Novembro de dois mil e nove, último dia do prazo. Quanto àquilo que disse sobre a atitude da oposição, apenas quis manifestar o seu agrado pela posição tomada. No que diz respeito à campanha eleitoral, a questão era pessoal e deveria ser tratada neste local e neste momento, porque não haveria mais essa oportunidade. -----

----- O deputado Júlio da Fonseca Esteves acrescentou que a convocatória tinha sido enviada dentro do prazo legal, sendo o deputado Maximiano Correia contrário a essa opinião, pelo que o senhor Presidente da Mesa assumiu esse eventual atraso, dizendo que era da sua responsabilidade. -----

----- Ainda no período antes da ordem do dia, o deputado Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda usou da palavra para cumprimentar e felicitar a Câmara Municipal, bem como para agradecer os votos de Boas Festas que lhe foram enviados enquanto município, tal como foi feito a todos os municípios do concelho, destacando a forma singela como o fizeram, usando a “prata da casa”. Aproveitou a oportunidade para

Página 5 de 17



MUNICÍPIO DE MESAÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

retribuir esses votos, desejando que a Câmara tenha um desempenho em dois mil e dez que suplante todas as expectativas. Considerou ser urgente e imperioso recuperar, junto dos munícipes, a credibilidade política e funcional da Câmara Municipal, contando com todo o empenho voluntarioso e a criatividade de todos os eleitos, principalmente daqueles que foram os escolhidos para definir políticas e estratégias de actuação. Aludiu também ao empenho, à criatividade e à dedicação dos cento e quarenta e nove funcionários municipais, realçando o facto de estes não serem empregados da Câmara Municipal, mas trabalhadores pagos pelo município, para servir a edilidade e os munícipes que representa. Afirmou estar à espera que, ao longo dos próximos meses, a Câmara Municipal consiga estabelecer um pacto de solidariedade institucional com as chefias e restantes cargos e categorias, para que fique completamente instituída uma hierarquia de competências e funções, baseada em direitos e deveres, e consagre níveis de exigência e responsabilidade, no exercício das respectivas funções. Apelou a que cada um vista a camisola com as cores do município e que se honrifique pelo desempenho de competências e tarefas. Acrescentou ainda as suas felicitações ao executivo pela forma meritória e decente como lidou com a preparação das festividades de Santo André, pois, com eleições a onze de Outubro e tomada de posse a dois de Novembro, apanhou o comboio em andamento, vazio de ideias, de projectos ou de compromissos. Lembrou que havia um ano para pensar no assunto e construir ideias, apresentando algumas sugestões: incluir novamente as tradicionais corridas de cavalos que se poderiam repetir em outras épocas do ano; o dia do município podia ser a data indicada e oportuna, para, numa sessão pública, se distinguir um ou mais trabalhadores municipais que, pelos seus méritos, competências e assiduidade, mais se tivesse notabilizado, durante o ano, no exercício da sua actividade, podendo o mesmo acontecer com a entidade ou individualidade que, pelo exercício da sua actividade, ajudasse a projectar a imagem do concelho. Neste mesmo sentido defendeu que paralelamente às festas anuais de Santo André, ou independentemente destas, Mesão Frio precisa de criar um evento que publicite a sua imagem no panorama regional, não bastando ser a pérola do Douro, sendo necessário dar-lhe brilho e encanto. Fez ainda uma breve alusão à Assembleia Geral da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial e ao Colóquio que

Página 6 de 17



MUNICÍPIO DE MESAÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decorreu a par deste evento, chamando a atenção para a necessidade de uma maior divulgação para futuras e idênticas realizações, sendo um ponto de honra ter o Auditório Municipal com todos os lugares preenchidos, o que, na sua opinião, será essa divulgação bem mais importante que os trinta almoços oferecidos. Por último referiu-se à festa de Natal dos trabalhadores do município que, em época de crise económica, não deixou de se fazer, sendo a possível em tempo de “vacas magras”, considerando que era, moralmente, impraticável e inaceitável, fazê-la de outra forma, quando ainda não se pagou o equivalente a seis mil euros, pelo jantar do ano anterior, já não falando nas prendas oferecidas, as quais estão também em dívida. -----

----- Na sequência desta intervenção o senhor Presidente da Câmara afirmou que tinha tomado nota das ideias propostas. -----

----- No segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual deu início à sua intervenção, chamando a atenção para a forma e para o conteúdo do documento que encerra a actividade do município e os processos judiciais pendentes, que, em tão pouco tempo de executivo, demonstram já a quantidade e a qualidade de trabalhos já realizados. Quanto à situação financeira, referiu que houve uma diminuição da dívida no que diz respeito ao “factoring”, mas que o montante da dívida de nove milhões não corresponderá à verdade, porque tudo indica que houve compromissos assumidos e não facturados, nos últimos meses, os quais irão aumentar substancialmente o valor da dívida. -----

----- Postas à discussão estas informações, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados Eduardo Sampaio, Teresa Alves Lúcio, Carlos Manuel Pombo Soares Silva e Júlio Esteves, que a solicitaram. O primeiro pediu esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara acerca da suspensão da obra do Loteamento da Quelha, em Oliveira. O Presidente respondeu que esta situação se devia ao facto do empreiteiro não ter recebido nenhum pagamento do anterior executivo, acrescentando que entretanto o actual executivo tinha avançado com uma candidatura que garante que essa obra seja retomada em Janeiro próximo. A deputada Teresa Alves Lúcio questionou o senhor Presidente da Câmara acerca do Plano Director Municipal, sugerindo-lhe que adiantasse alguma informação, visto que se tratava de um documento muito importante para o

Página 7 de 17



MUNICÍPIO DE MESAÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho. Em relação a este documento o Presidente da Câmara esclareceu que este não poderia ser aprovado antes que a questão do Plano de Pormenor da Rede fosse ultrapassada, acrescentando que houve duas reuniões, entretanto, com a equipa que trabalhou neste documento, de forma a que este executivo tomasse conhecimento das reais condições em que o mesmo se encontra. O deputado Carlos Pombo Silva felicitou o executivo pela informação prestada, que, na sua opinião, nem sempre foi transmitida da melhor forma, colocando em seguida duas questões: a primeira em relação à possibilidade de revisão destes documentos de Ordenamento do Território (PDM e PPR), num curto espaço de tempo; a segunda relativa aos eventuais contactos já estabelecidos pelo actual executivo com os promotores turísticos com interesses no concelho. O Presidente da Câmara confirmou a possibilidade de virem a ser revistos alguns aspectos de pormenor, dentro de três anos, e informou que tinham sido realizadas duas reuniões, uma com o promotor turístico de Cidadelhe, havendo também a possibilidade de recuperação do Castro, devolvendo a importância a uma freguesia que definha de dia para dia, e outra com o promotor turístico do projecto da Rede, considerado desde o primeiro momento como um Projecto de Interesse Nacional e que ainda está por cumprir. Relembrou ainda que a aprovação imediata do Plano de Pormenor da Rede e do Plano Director Municipal é imprescindível à concretização destes e de outros projectos, caso contrário estes estarão irremediavelmente perdidos. O deputado Júlio Esteves colocou uma questão relacionada com a concretização da rede de saneamento básico e pediu esclarecimentos acerca da responsabilidade do anterior executivo, ou do actual, em relação ao aumento da dívida. Quanto à rede de saneamento o Presidente da Câmara referiu que há situações dramáticas que poderão ter consequências muito graves para o município e para ele próprio, caso não venham a ser resolvidas, nomeadamente a situação de uma ETAR que não funciona e que descarrega directamente os resíduos numa quinta particular, assim como outras situações que carecem de uma intervenção urgente. Em relação ao aumento da dívida, referiu que este tem a ver com o empréstimo contraído pelo anterior executivo, a fim de realizar a obra do Centro Escolar. O deputado Pedro Carvalho Kendall pediu a palavra para sublinhar que os proprietários dos terrenos da Rede não tinham sido respeitados pelo anterior

Página 8 de 17



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo, e que talvez não estivessem ainda salvaguardados por este documento, pelo que questionava a pertinência desta decisão imediata. O Presidente da Câmara remeteu estes esclarecimentos para o momento da discussão dos pontos seis e sete da ordem de trabalhos. -----

----- Ainda neste ponto, o deputado Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda questionou o executivo em relação à situação actual do projecto de construção do pavilhão multiusos. O Presidente da Câmara informou que não era intenção do executivo avançar com esse projecto, nos moldes em que este tinha sido conduzido até à sua tomada de posse, acrescentando que tinha havido já uma reunião entre a empresa responsável por essa obra e o senhor Vereador Mário Sousa Pinto, a quem deu a palavra para mais e melhores esclarecimentos. O senhor Vereador começou por dizer que estava envolvido neste projecto um consórcio de quatro empresas e que a reunião tinha acontecido entre ele próprio e um assessor da administração do Grupo Lena, com o objectivo de auscultar esses parceiros no que diz respeito às decisões que terão de ser tomadas. Esclareceu que, não havendo ainda nenhuma escritura, estava já definido um conjunto de intenções que incluíam uma série de encargos pesados para a Câmara Municipal, os quais não poderiam ter sido, nem poderão vir a ser, assumidos pelo executivo. Explicou que a relação custo/benefício não justificava esta decisão e que era impossível suportar os custos exagerados desta obra, mas que, no entanto, o concurso tinha sido já concretizado e que havia um projecto, cuja realização orçava em cerca de setenta mil euros, gastos em vão. Acrescentou que todo este empreendimento teve contornos que não ficaram, nem ficarão, esclarecidos, sendo necessário, agora, avançar para uma decisão no seguinte contexto: a empresa não sabe que custos vai ter; a Câmara Municipal não pode alterar o que já está feito, mas também não pode executar este projecto; haverá sempre encargos (cerca de cem mil euros) para satisfazer os direitos do concorrente. O senhor Vereador terminou a sua intervenção reforçando a ideia de que sempre defendeu as parcerias público-privadas, não sendo isso que estava em causa, mas viabilidade deste projecto. Referiu ainda que dentro de quatro meses iria realizar-se outra reunião com o concorrente e que a seu tempo haveria mais informações. -----



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O deputado Maximiano Correia pediu a palavra para esclarecer que o Partido Social-democrata tinha viabilizado esta parceria, no anterior mandato, mas que estava em causa apenas a autorização para a sua constituição, acrescentando que, a serem incomportáveis os valores para o município, esta decisão deve ser bem ponderada, pois poderá ser perigoso avançar com a execução do projecto. O Presidente da Câmara salientou que a Câmara Municipal nunca poria em risco o equilíbrio do município, podendo não estar ainda assim afastada a hipótese de construir o Multiusos, mas nunca nos mesmos termos. -----

----- Seguidamente o deputado Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda solicitou informações sobre o acesso ao Centro Escolar, tendo o Presidente da Câmara adiantado que o edifício começou a ser construído sem levantamento topográfico/geológico, pelo que a necessidade de incluir mais um muro de suporte aumentou os encargos a mais em cerca de trezentos mil euros. Quanto ao acesso, referiu que a entrada do Centro Escolar está localizada junto a um caminho de cabras, o que dificulta a participação da Autarquia nesta obra, contudo está a ser feito um esforço para incluir no Programa de Regeneração da Vila a construção desse acesso. O mesmo deputado perguntou se seria possível utilizar nessa obra os serviços da Autarquia, ao que o Presidente da Câmara respondeu positivamente. Solicitou ainda esclarecimentos sobre as obras de administração directa, nomeadamente em relação à possibilidade de elas serem realizadas pelos serviços internos da autarquia. O Presidente da Câmara referiu que o aproveitamento da “prata da casa” estava muito aquém do desejável e que essa situação iria ser revertida. -----

----- Finalmente o deputado Eduardo Miranda quis saber as razões que levavam à morosidade dos processos judiciais pendentes, tendo sido esclarecido pelo Presidente da Câmara que isso se devia ao funcionamento da Justiça. -----

Passando ao ponto três da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa explicou que esta proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal tinha surgido na sequência de uma análise do anterior, da qual resultou a ideia de que o mesmo era minimalista, com lacunas que poderiam criar obstáculos à melhor orientação dos trabalhos, em qualquer circunstância, e com limitações de natureza política, como por

Página 10 de 17



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exemplo a inexistência de referência aos grupos municipais. Para este efeito socorreu-se do Regimento em vigor, consultou-se dois dos municípios vizinhos, colhendo-se o que parecia haver de melhor nos três, para se chegar à actual proposta. Esclareceu ainda que, por razões várias, incluindo a escassez de tempo, não foi possível fazer uma revisão adequada e consistente ao documento, pelo que, depois de distribuído, também com algum incumprimento dos prazos, mas com confiança na benevolência dos membros da Assembleia, a Mesa constatou a existência de algumas falhas no conteúdo, na ortografia e na formatação, as quais carecem ainda de correcção. Perante estes factos, o Presidente da Mesa propôs à Assembleia que qualquer proposta de alteração, sugestão ou aditamento à proposta inicial lhe seja entregue até ao próximo dia trinta e um de Janeiro, para redacção final e nova proposta de aprovação, na próxima reunião da Assembleia Municipal, depôs de ouvidos os grupos políticos municipais. -----

----- Relativamente a este assunto o deputado Maximiano Correia pediu a palavra e apresentou uma proposta subscrita pelos deputados do seu partido, que se encontra anexa a esta acta, e onde é sugerida a constituição de uma comissão que incluía dois representantes de cada partido (PSD e PS), com vista à obtenção de uma proposta de Regimento consensual. O deputado Carlos Manuel pombo Silva usou da palavra, considerando que a proposta do grupo do Partido social-democrata estaria prejudicada em virtude da proposta apresentada inicialmente pelo Presidente da Mesa, embora concorde que poderia ser constituído um grupo de trabalho, após a recepção das sugestões enviadas à Mesa, para a redacção final. O deputado Maximiano Correia retorquiu, dizendo que a proposta apresentada reflectia uma visão totalmente diferente daquilo que deve ser um Regimento, daí considerarem ser necessário um consenso nessa matéria. O Presidente da Mesa clarificou que a sua intenção tinha sido evitar a utilização de dois suportes legais, a legislação e o Regimento, sendo necessário apenas este último, se ele incluísse a legislação, referindo que era importante ouvir os grupos políticos. O deputado Maximiano Correia reforçou a ideia de haver consenso entre os dois grupos, devendo a comissão discutir e aprofundar algumas questões. O Presidente da Mesa ponderou a hipótese de retirar a proposta apresentada, mantendo a estrutura do documento como base orientadora, sugerindo que cada grupo político apresentasse a sua

Página 11 de 17



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposta. O deputado Maximiano Correia insistiu na necessidade de discutir a estrutura do documento, salientando que essa era uma questão de fundo. O deputado Eduardo Sampaio interveio, dizendo que não podia aprovar um documento que não conhecia. O deputado Carlos Pombo Silva lembrou que a apresentação das alterações ao Regimento era uma competência da Mesa e que se essa apresentasse uma proposta a Assembleia apenas teria de a aprovar, caso a considerasse pertinente. O Presidente da Mesa dirigiu-se ao deputado Eduardo Sampaio, chamando-o a atenção pelo facto de ter afirmado que “estes só complicam”, referindo-se aos autores da proposta, e que a questão de aprovar aquele documento, naquele momento, estava ultrapassada desde o início da discussão do ponto três. Finalizou a sua intervenção, reiterando a proposta que apresentou inicialmente. -----

No cumprimento do ponto quatro, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que começou por salientar as dificuldades encontradas na elaboração destes documentos previsionais, nomeadamente no que diz respeito ao Orçamento. Chamou a atenção para a redução das despesas, o que será a maior prioridade do executivo, comparando esse valor com o do Orçamento de dois mil e nove, bem como esclarecendo, exaustivamente, os valores das rubricas, nos quais estão incluídas dívidas herdadas do anterior executivo. Concluiu a sua intervenção inicial, referindo que o município está metido num “colete de forças”, sendo bastante complicado apresentar estes documentos de outra forma. -----

----- Aberto um período de discussão, neste ponto, foram inscritos vários pedidos de intervenção relativos aos senhores deputados Maximiano Pereira Correia, Pedro Carvalho Kendall, Carlos Manuel Pombo Soares Silva e Júlio da Fonseca Esteves. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia referiu-se ao facto de existir empolamento das receitas, nomeadamente, no que diz respeito à venda de terrenos, questionando a localização desses terrenos. O Presidente da Câmara informou que haveria a possibilidade de venda de terrenos em Oliveira, vários lotes, outros dois lotes localizados nas traseiras da Avenida 25 de Abril, e ainda um outro terreno com vários lotes. O mesmo deputado fez referência ao aumento do quadro de pessoal, pedindo justificação para o facto de estarem previstos mais cinco lugares. O Presidente da

Página 12 de 17



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara lembrou que este quadro tinha mais de cento e sessenta funcionários, todos aprovados pelo grupo do Partido Social-democrata, e que nesta altura a Autarquia tinha necessidade de contratar mais pessoal, sobretudo na área dos transportes, visto que havia casos de aposentação, de doenças prolongadas, de impossibilidade de condução de autocarros por limite de idade, o que não pode ser resolvido de outra forma. Referiu também a necessidade de ter em conta as necessidades, a partir do mês de Junho, para o funcionamento das piscinas, das praias fluviais, bem como a passagem de competências para a Autarquia, no que diz respeito à gestão do pessoal não-docente das escolas do Agrupamento de Mesão Frio, situações que virão alterar substancialmente o quadro de pessoal da Autarquia. O deputado Maximiano Correia, depois destes esclarecimentos, salientou que a sua bancada gostaria de ver outro rigor na apresentação destes documentos e que por esse motivo iriam abster-se. -----

----- O deputado Pedro Kendall começou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente da Câmara pelas medidas de austeridade e de reorganização. Relativamente aos documentos enviados, sugeriu que a sua distribuição passasse a ser feita por via electrónica. -----

----- O deputado Carlos Pombo Silva reforçou a sugestão apresentada pelo deputado Pedro Kendall, alargando-a a toda a correspondência enviada aos elementos da Assembleia Municipal. Aproveitou para lembrar que no site da Câmara Municipal não têm sido colocadas as Declarações de Voto, anexas às actas. Relativamente ao ponto em discussão, aceitou os argumentos apresentados pelo Presidente da Câmara, referindo que no futuro a exigência irá ser a mesma de sempre, pois, apesar, de se saber que estas práticas orçamentais são levadas a cabo por outras Autarquias, será necessário ultrapassar estes constrangimentos. -----

----- O deputado Júlio Esteves registou e louvou o cumprimento deste executivo em relação aos encargos assumidos pelo anterior executivo, há vários anos e ainda em dívida, mas salientou o facto deste orçamento continuar a ser inflacionado, o que prejudica, em seu entender, o cumprimento das regras e dos princípios recomendados para a gestão das Autarquias locais. Acrescentou que iria apresentar uma Declaração de Voto, a qual se encontra anexa a esta acta. -----



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Presidente da Câmara, em relação ao correio electrónico, confirmou que esses procedimentos iriam ser postos em prática logo que possível. Quanto à intervenção do deputado Júlio Esteves, insistiu na dificuldade de assumir milhões de euros de dívidas dos mandatos anteriores, sem poder fraccioná-las, razão pela qual houve necessidade de apresentar um Orçamentos com estas características. -----

----- Terminadas as intervenções, foram postas a votação as Opções do Plano (PPI e PAM), tendo sido aprovadas, com nove votos a favor e com onze abstenções, de todos os elementos do Partido Social-democrata e do deputado Júlio Esteves, do Partido Socialista. Seguidamente foi posto a votação o Orçamento, tendo sido aprovado com nove votos a favor e com onze abstenções, de todos os elementos do Partido Social-democrata e do deputado Júlio Esteves, do Partido Socialista. Por último foi posto a votação o Empréstimo da Curto Prazo, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Relativamente ao ponto cinco da ordem de trabalhos, foi feita uma correcção, substituindo-se “a constituição” por “dos estatutos”, passando-se assim à apreciação dos mesmos, para posterior votação. Depois de esclarecidas algumas dúvidas entre os membros da Assembleia e o executivo, procedeu-se à votação, tendo estes estatutos sido aprovados por unanimidade. -----

----- Antes de passar à discussão do ponto seguinte, o Presidente da Mesa sugeriu que a apreciação e a votação, relativas aos pontos seis e sete, se fizessem em simultâneo, sugestão que foi aceite por todos os presentes. Passando de imediato à apreciação destes pontos o Presidente da mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara, o qual começou por fazer o ponto da situação em relação ao Plano de Pormenor da Rede. Lembrou que este já tinha sido trazido, por duas vezes, à Assembleia Municipal, sem nunca ter sido apreciado e votado. Relembrou que o mesmo tinha sido aprovado pelo anterior executivo, mas, mais uma vez, em termos que o actual executivo não poderia assumir, nomeadamente, no que respeita aos campos de Golfe e ao Heliporto, bem como a construção do cais, encargos avultados que esta Câmara Municipal conseguiu renegociar com os investidores, salvaguardando não só o município como a questão dos proprietários dos terrenos, os quais terão oportunidade de negociar directamente com os investidores. -----

Página 14 de 17



MUNICÍPIO DE MESAÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente a este assunto o deputado Pedro Kendall usou da palavra começando por dizer que quase que gostaria que esta votação do Plano de Pormenor da Rede fosse adiada mais uma vez, pois discordou da forma como o anterior executivo aprovou este documento. Acrescentou que se tinha manifestado, assumida e publicamente, contra essa situação, tendo ainda dúvidas quanto a algumas questões, nomeadamente, no que diz respeito ao lucro dos campos de Golfe ou à possibilidade de ainda vir a ser possível a declaração de utilidade pública, pondo em causa os interesses dos proprietários dos terrenos. O Presidente da Câmara declarou que houve uma enorme preocupação com os interesses dos proprietários e que as questões dos campos de Golfe e da declaração de utilidade pública estavam ultrapassadas. Salientou a importância deste investimento para o Concelho, não devendo ser abandonado neste momento, caso contrário estaria irremediavelmente perdido. Para mais esclarecimentos o Presidente da Câmara passou a palavra ao Vereador Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, o qual concordou com o facto de a metodologia adoptada pelo anterior executivo não ter sido a melhor, salientando que, no entanto, a decisão política estava tomada e não devia ser abandonada. Referiu que foi importante resolver este problema que não tinha sido evitado, possibilitando a salvaguarda da Câmara Municipal e dos munícipes envolvidos nesta questão. Reforçou a ideia de que o facto deste documento não ser aprovado implicaria um atraso na elaboração do Plano Director Municipal, de cerca de dois anos, devido à desanexação de terrenos da reserva ecológica e agrícola, bem como a perda do consenso já estabelecido entre as cerca de vinte e oito entidades já envolvidas neste processo. Esclareceu ainda que, uma vez que o plano de financiamento e orçamental é meramente indicativo, foi possível fazer as alterações que constam da adenda apresentada. Em relação às responsabilidades da Câmara Municipal para com os donos dos terrenos, responsabilidade que, na sua opinião, o anterior executivo não assumiu, tendo previsto três milhões de euros para expropriações, o Vereador assumiu a sua salvaguarda, neste momento. Informou ainda que foram realizadas várias reuniões com várias entidades, com técnicos e com os promotores que levaram a Câmara Municipal a considerar esta possibilidade, salvaguardando também a situação financeira e orçamental da Autarquia. Relembrou que sempre salientaram estes problemas, enquanto

Página 15 de 17



MUNICÍPIO DE MESAÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oposição, mas nunca votaram contra este Plano de Pormenor da Rede, enquanto executivo quiseram ouvir os técnicos que tinha estado envolvidos na execução deste Plano, nomeadamente o Arquitecto Jorge Coutinho, que os promotores valorizam e a Câmara Municipal também, o que veio a ser decisivo para estas alterações. -----

----- O Presidente da Câmara reafirmou que, se este Plano tivesse sido conduzido por este executivo, desde o início, não teria tido os mesmos problemas, mas que, neste momento, era necessário avançar. O deputado Pedro Kendall continuou a considerar que havia ainda a falha da auscultação dos cerca de noventa proprietários, para além do consenso das vinte e oito entidades envolvidas. O Presidente da Câmara salientou os factos de já ter havido uma discussão pública e de os negócios dos terrenos vir a ser feito entre os privados, sem a participação da Câmara. O Vereador concluiu, dizendo que estas alterações foram aprovadas por unanimidade pela Câmara Municipal. -----

----- Postos a votação, o Plano de Pormenor da Rede e a respectiva Adenda foram aprovados com dezoito votos a favor e duas abstenções, dos senhores deputados Pedro Kendall e Eduardo Cassiano Miranda. -----

----- Depois da votação o deputado Eduardo Cassiano Miranda informou que, depois de ouvir os esclarecimentos do executivo, tinha mudado o seu sentido de voto, apresentando uma Declaração de Voto, a qual se encontra anexa a esta acta. -----

----- No período aberto ao público, o senhor Carlos Manuel Ribeiro Ferreira colocou duas questões ao Presidente da Câmara relacionadas com o edifício da antiga Residência de Estudantes, referindo que esses espaço estava transformado num “hotel”, pois estavam lá instaladas pessoas, que recebem familiares vindos de visita e que por lá ficam, acrescentou, ainda, que nesse mesmo espaço estão a decorrer dois cursos da Índice Consultores, mas que a ocupação do mesmo não é permitida da mesma maneira aos formandos dos dois cursos, uns usam, por exemplo, a cozinha e o refeitório, e aos outros isso não é permitido. O Presidente da Câmara salientou o facto destas situações serem da responsabilidade do anterior executivo e que seria necessário intervir, mas com alguma cautela, prometendo fazê-lo em breve. -----

----- O senhor Firmino Teixeira Várzea pediu também a palavra, dizendo que tinha temido que um dos terrenos indicados para venda fosse a Quinta da Câmara e que tinha

Página 16 de 17



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entendido o facto do deputado Maximiano Correia ter questionado o Presidente da Câmara sobre esse assunto, pois também ele estaria à espera dessa informação. Salientou o facto de ser necessário manter as posições do passado, chamando a atenção para o aproveitamento desse terreno para produção agrícola, com a qual poderia ser feito o fornecimento de alguns produtos às escolas. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que as sugestões do senhor Firmino Teixeira Várzea tinham sido registadas. -----

----- O deputado Maximiano Correia pediu a palavra, apenas para esclarecer o senhor Firmino Teixeira Várzea que não tinha pretendido nenhuma resposta daquela natureza, apenas tinha tido a intenção de perceber que terrenos poderiam levar àqueles valores, nas receitas. -----

----- Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal suspendeu a sessão, a fim de ser redigida, para efeitos imediatos, a minuta da acta que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas e cinquenta e seis minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos elementos da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente:

A primeira secretária:

O segundo secretário: